

ACRÍTICA DE MANAUS



Empresários, políticos e economistas debateram sobre o desenvolvimento da Amazônia e a Zona Franca

Quota de importação alarma o empresariado da Amazônia

MANOEL LIMA
Correspondente

Manaus — “A não liberação do aumento da quota de importação pela Cacex, para a Zona Franca de Manaus, é muito preocupante. Os reflexos dessas posições têm sido bastante alarmantes para as pessoas que moram e têm negócios na Amazônia. É preciso ter um cuidado muito grande para que aqueles que já estão instalados na ZFM não venham a ter suas atividades desestimuladas, porque isso pode prejudicar novos investimentos nessa área”. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), Roberto Paranhos do Rio Branco, que está em Manaus participando do I Encontro de Empresários da Amazônia, acrescentando que é necessário que os governantes e parlamentares dos Estados da Amazônia devam estar atentos para que não matem as suas “galinhas dos ovos de ouro”, porque, segundo ele, essa é a grande arma que esses Estados têm em mãos, para atrair os investidores.

Roberto Paranhos explicou que a região da Nova Amazônia, que se desenvolveu a partir de 64, tem sido um fator de crescimento muito importante, mesmo a partir de 81, quando o País passou a ter uma economia mais recessiva. “Nós procuramos mostrar, principalmente nas áreas chamadas de novas fronteiras, que nestas regiões nunca existiram crises porque as pessoas foram para lá com a determinação de trabalhar, de lutar e de desenvolver.

Então a Amazônia é uma região de grande potencial e até hoje temos um número bastante expressivo de empresários interessados em se desenvolver aqui. No entanto, existem diferentes modelos nestas áreas. Existe a própria Zona Franca de Manaus, que é um modelo bem-sucedido. Existem as novas fronteiras propriamente, na área agrícola, que têm se desenvolvido muito com grãos. O Estado do Mato Grosso, por exemplo, é o terceiro produtor em grãos do Brasil e, breve, sem dúvida estará entre os primeiros, ou será o primeiro talvez”, afirmou ele.

Paranhos lembrou que existe todo um entusiasmo dos empresários do Centro-Sul do País, pela Amazônia, na busca de novas oportunidades de investimentos e, segundo ele, constantemente, apesar do desestímulo que a economia brasileira oferece, essa região é a única área que hoje o pessoal considera seriamente para investir e se desenvolver.

O presidente da Associação dos Empresários da Amazônia ressaltou que a Zona Franca de Manaus, desde a sua geração, sempre foi muito atraente para os produtos que tinham alto IPI, e que fora isso, poderiam gozar dos benefícios das isenções do ICM. “Este quadro de interesse permanece. É claro que a Zona Franca, também de uma forma espontânea, acabou se desenvolvendo, pelo menos, em três pólos bem definidos: o eletroeletrônico, de duas rodas e relógioeiro. De lá para cá, houve todo um desenvolvimento na integração de componentes. Infelizmente existe a eterna discussão na

área da informática, mas sem dúvida nenhuma esse também é um campo de potencial muito grande. Acho que esses são os grandes atrativos que a ZFM ainda oferece”, disse Roberto Paranhos.

OCUPAÇÃO

Roberto Paranhos disse que uma das razões da realização do I Encontro de Empresários da Amazônia, que teve início ontem, no Tropical Hotel, é discutir a nível de todos os empresários da região Amazônica, como ocupar a área de forma racional, sem destruí-la. “Todos têm a consciência de que não interessa destruir. Precisamos discutir como dar melhorias sociais, aumentando empregos, enfim, dando melhores condições às cidades que hoje abrigam essas populações. Para se ter uma idéia, só no Estado do Mato Grosso, foram criados 47 novos municípios, nos últimos 15 anos, alguns dos quais têm mais de 150 mil habitantes. Então, não há cidade que possa oferecer serviços, condições de vida razoáveis. Não há arrecadação que possa acompanhar isto. Acho que é, justamente daí, que deve nascer o esforço conjunto dos governantes estaduais, municipais e empresários para que a gente possa encontrar à disposição no exterior e aqui no Brasil, gente que possa trazer dinheiro, como o Banco Mundial, para oferecer água, esgoto e energia para essas cidades. Isso tudo é que é vital para aqueles que já moram aqui no País, na Amazônia”, enfatizou Paranhos.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Brasileiro

CLASS. : 13

DATA : 08 08 80

PG. : 14

Campos quer mais abertura

O senador Roberto Campos (PDS-MT) defendeu ontem no I Encontro de Empresários da Amazônia a criação de um sistema político de economia para a região, baseado na abertura do País ao capital estrangeiro, para a formação de um processo econômico estável. "A Amazônia é algo indispensável para ser usado no crescimento econômico do Brasil, mas temos que encontrar a sua real vocação econômica", afirmou o senador Roberto Campos, ao propor o fim das hidrelétricas na Amazônia Ocidental, como forma de evitar grandes prejuízos à ecologia, e aproveitar o gás peruano para geração de energia, que abasteceria toda a região.

Assistido por uma platéia composta principalmente por economistas e políticos de linha ideológica de esquerda, Roberto Campos foi o único conferencista do encontro de empresários na Amazônia, a abordar o tema "Crescimento como Alternativa à Crise Brasileira. Campos defendeu a volta à economia de mercado como forma de estabilizar os sistemas de governo, principalmente nos países do Terceiro Mundo, que buscarem no socialismo uma forma errônea de crescerem economicamente, "e acabaram pré-falidos". Para ele, o grande problema brasileiro no momento é a falência do Estado, que gera toda sorte de crise na sua economia. "Por isso, prego uma ação liberalizante para arrumar a economia brasileira". H. disse Roberto Campos, ao sugerir a desinflação, a desregulamentação da economia, privatização e integração do País na economia mundial. "Hoje, no mundo moderno, não se fala mais em indústria nacional, mas em indústria global", afirmou.

DESASTRE

O senador Roberto Campos, antes de entrar na discussão da problemática Amazônica como solução alternativa para o desenvolvimento econômico brasileiro, disse que no Brasil existem hoje quatro grandes desastres ecológicos. Segundo ele, o primeiro desastre foi a implantação da Lei de Informática, com a sua reserva de mercado. "Essa reserva é bizarra, porque reprime a vinda do produto e do produtor de informática. Isso não existe no mundo, mas se criou no Brasil", criticou Roberto Campos, ao destacar o Plano Cruzado, como segundo grande desastre. "Foi um estupro na economia de

mercado, em plena luz do dia". O plano, segundo ele, detarticulou a economia e criou subprodutos de cultura. "A inflação não é a alta de preço. A alta de preço é o efeito da inflação. A causa real da inflação é a expansão monetária. Com a alta de preço, surge o vilão da história da inflação, que é o empresário, que remarca e aumenta os preços dos produtos. Com a expansão monetária, o vilão é o Governo, mas isso não se diz, não se propaga, porque é o Governo que faz a expansão monetária e estimula a inflação", disse o senador.

Para ele, a moratória foi outro grande desastre, como foi a nova Constituição brasileira, que com 19 meses de discussão e lutas internas na Constituinte, está estagnando o País e impedindo a entrada de novos capitais externos. É uma Constituição de leis trabalhistas apenas, que criou um Estado assistencialista, com distribuição de renda errada, com um modelo único de sistema político. O Brasil criou um novo sistema político, o da invasão de poderes em suas atribuições diversas, gerando conflitos, e o exemplo mais claro dessa invasão é o mandado de injunção. Tudo isso explica por que o Brasil consegue estagnar a sua economia", disse o senador, para em tom irônico, perguntar: qual o modelo, a saída para o Brasil? Eu digo sempre que a melhor saída ainda é o Galeão, Viracopos. Porque a saída não é o choque ortodoxo, mas um choque liberal, porque há uma produtividade reprimida no País, que pode e deve ser liberada para resolver parte da crise". Segundo Roberto Campos, o Brasil tem vergonha de dizer o seu saldo de exportação, o saldo cambial. "Devemos estimular as exportações para criarmos um impacto cambial nas nossas reservas. Sem isso, é sonhar em noite de verão ou curtir ressaca alcoólica". H. H.

INIMIGOS

Sobre a Amazônia, o senador Roberto Campos disse que a região tem hoje dois grandes inimigos ao seu desenvolvimento. O ecologista e o ecomaniaco. O primeiro, afirmou, quer transformar o índio em museu e a floresta em banco genético. O segundo vê na percepção ecológica mundial uma ameaça à soberania nacional. "Isso é falácia, é uma posição ecomaniaca", encerrou.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Brasileiro

CLASS. : 13

DATA : 08 08 80

PG. : 11

Cientista quer o uso racional da floresta

Manaus — O desenvolvimento econômico da Amazônia só será possível pela via do manejo da floresta, único processo capaz de preservá-la, provocando estímulos aos investimentos. Essa foi a tônica dos debates paralelos nos dois painéis de discussões do I Encontro de Empresários da Amazônia. Técnicos do Governo e pesquisadores entendem que o uso racional da floresta pode ser compatível com o desenvolvimento da Amazônia, se houver “uma reposição das espécies, e buscando-se alternativas de cultivos apropriados ao solo, ao clima e à própria natureza”, segundo o cientista Warwick Kerr, ex-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

O pesquisador Paulo de Tarso Alvim, da Ceplac, defendeu a consorciação de cultivos perenes para a formação de uma floresta competitiva e como forma de repor as espécies nativas derrubadas para a formação de áreas para os cultivos de grãos e pecuária. Ele quer que culturas como cacau, dendê, pupunheira, seringueira, castanheira e o café robusta, sejam implementadas na Amazônia, porque além de se adaptarem perfeitamente aos solos e aos climas diversos da região, mostraram em experimentos recentes, que podem gerar um processo econômico continuado e rentável.

Com a utilização de culturas perenes, segundo Warwick Kerr, é possível tornarem-se agricultáveis os solos degradados “pelos maus empresários”. Ele sugeriu que a primeira prioridade do processo de ocupação da Amazônia pelos empresários seja para a ocupação e recuperação de área já deflorestada. “Sem dúvida, a parte mais cara do investimento é o controle da erosão, e para isso, o Governo deve criar incentivos, tanto para a pesquisa como para a execução de projetos para controlar a degradação dos solos da Amazônia”, disse Kerr, ao afirmar que o uso do solo da Amazônia na produção de fruteiras, como a sapota, o biribá, o mapati, o tucuman, a pupunha, o araçá-boi, o abiu e várias frutas que ainda não foram cultivadas pelo homem, é perfeitamente viável “se feito com racionalidade e inteligência”.